

Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal Ano XLIII - Nº 208 | Julho/2023

www.sinprodf.org.br

Magistério Público do DF: uma categoria

de MUITA LUTA



Gaped/Gase

Gratificações que representam 30% do piso no DF são incorporadas ao vencimento (p.6)

Concurso 2022

Aprovados serão nomeados este ano, e GDF prepara novo certame (p.15)

Aposentados

Auxílio-saúde é incorporado ao vencimento de quem aposentou sem paridade (p.17)

Expediente

Site: www.sinprodf.org.br
E-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa e Divulgação:
Leticia Montandon (coordenadora), Cleber Soares,
Samuel Fernandes.

Jornalistas: Alessandra Terribili, André Barreto,
Carla Lisboa, Leticia Sallorenzo,
Luis Ricardo Machado, Vanessa Galassi.

Projeto gráfico, diagramação e capa:
Eduardo G. Antero, Gabriel Suaid

Fotos: Arquivo do Sinpro, Deva Garcia,
Joelma Bonfim e Luzo Comunicação
Tiragem: 40.000 exemplares

Assessoria Legislativa
Rafaela Ribeiro Tavares



**DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF
GESTÃO 2022-2025**

Administração e Patrimônio
Gilza Lucia (coordenadora)
Ana Bonina
Júlio Barros

Assuntos Culturais
Bernardo Távora (coordenador)
Fátima de Almeida
Leilane Costa

Assuntos de Raça e Sexualidade
Márcia Gilda (coordenadora)
Carlos Fernandez
Ana Cristina Machado

Assuntos de Saúde do Trabalhador
Élbia Pires (coordenadora)
João Braga
Rodrigo Teixeira

Assuntos dos Aposentados
Elaine Rodrigues (coordenadora)
Consuelita Oliveira
Chicão

**Assuntos e Políticas
para Mulheres Educadoras**
Mônica Caldeira (coordenadora)
Silvana Fernandes
Regina Célia

**Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e
Socioeconômicos**
Dimas Rocha (coordenador)
Ricardo Gama
Lucilene Kátia

Finanças
Luciana Custódio (coordenadora)
Luciano Matos
Solange Buosi

Formação Sindical
Vanilce Diniz (coordenadora)
Hamilton Caiana
Levi Porto

Imprensa e Divulgação
Leticia Montandon (coordenadora)
Cleber Soares
Samuel Fernandes

Organização e Informática
Fernando Reis (coordenador)
Anderson Corrêa
Ritinha Olly

Política Educacional
Cláudio Antunes (coordenador)
Berenice Darc
Carlos Maciel

Políticas Sociais
Raimundo Kamir (coordenador)
Joana Darc
Alberto Ribeiro

Editorial

A luta coletiva é o único caminho para garantir avanços. Mostramos isso neste ano quando fizemos uma greve de 22 dias e garantimos pautas pleiteadas há décadas. Como resultados, a valorização da carreira magistério público e, consequentemente, o fortalecimento da educação pública.

A greve de 2023 foi uma construção iniciada ainda em 2020. O movimento seria deflagrado naquele ano, não fosse a pandemia da Covid-19. Além da dor da perda de muitos dos nossos familiares, amigos e colegas de trabalho, a ausência de políticas públicas voltadas à educação impôs sobrecarga de trabalho (remoto) por um ano e meio, além de ter gerado preocupações imensuráveis com as condições sanitárias e pedagógicas das nossas escolas.

Mesmo diante do vírus mortal, nos mantivemos na luta, tendo como principal bandeira a defesa da vida. Defendemos a vacina para toda a população e a necessidade do cumprimento dos protocolos de segurança sanitária. E foi em defesa da vida que lutamos e garantimos, sem nenhum prejuízo na remuneração, que nosso retorno ao trabalho presencial só fosse feito com a vacina no braço.

Durante a pandemia, nossa luta foi além, e garantiu os postos de trabalho de mais de 13,8 mil professores(as) em contrato temporário. Paralelamente, reivindicamos melhores condições de trabalho; nomeações e concurso público para a carreira do magistério e carreira assistência; denunciemos o sucateamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação especial; e lutamos com firmeza para fortalecer nosso vencimento básico.

Com a pandemia contida pela vacinação da população, 2022 foi marcado por debates intensos sobre a reestruturação da carreira magistério público. O objetivo foi consolidar opiniões e mobilizar a categoria para a luta. Com essa pauta, foram realizadas assembleias com paralisação, além de diversas visitas às escolas e aos gabinetes da Câmara Legislativa do DF.

Também tivemos em 2022 o 12º Congresso da Educação, que aprofundou as discussões sobre a necessidade da reestruturação da carreira magistério público e outros debates importantes para a categoria. Nesse caminho, conquistamos, entre outros avanços, a incorporação do auxílio saúde – que seria extinto – ao vencimento e fizemos com que o GDF finalmente pagasse a sexta parcela do reajuste salarial devida desde setembro de 2015.

O ano de 2023 chegou, e a estratégia seguiu em dois caminhos. De um lado, fizemos intensas mobilizações nas escolas, com intensificação do diálogo com a categoria e da mobilização nos gabinetes da CLDF. De outro, realizamos forte campanha publicitária de conscientização da população sobre a pauta de reivin-





dicação da categoria, por meio de outdoors, materiais impressos e informes no rádio e na TV.

De forma arbitrária e unilateral, o governador Ibaneis Rocha anunciou por redes sociais que implementaria reajuste salarial de 18%, dividido em três parcelas anuais de 6%, para todo o funcionalismo público local. Diante das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos oito anos e das discrepâncias flagradas na categoria magistério público, o reajuste linear ficava longe de atender nossas urgências. Isso fortaleceu a necessidade de reestruturar a carreira.

Ibaneis se mostrou inflexível e afirmou que não negociaria com professores(as) e orientadores(as) educacionais em greve. Valente, a categoria deflagrou o movimento paredista, iniciada no dia 4 de maio. Um dia depois, o governador judicializou o movimento, impondo multa ao Sinpro. Ele também ameaçou os grevistas com o anúncio de corte de ponto. Mas nada disso nos intimidou. Ao contrário, intensificamos o diálogo com a categoria e com a sociedade através de piquetes, atos, manifestações, panfletagens; estratégias que também geraram a ampliação do movimento. Pavimentamos a greve com unidade, nossa principal radicalização, e protagonizamos o maior movimento paredista que Ibaneis Rocha enfrentou em cinco anos de mandato.

O governo que se mostrava intransigente não teve outro caminho senão negociar com a Comissão do Sinpro. Apresentou proposta. Avaliamos que ainda eram necessárias melhorias. Pressionamos e avançamos. No dia 25 de maio, decidimos em assembleia suspender a greve, mas manter a mobilização, inclusive com a transformação do Comando Geral de Greve em Comissão de Acompanhamento das propostas negociadas com o GDF.

A unidade e a força que culminaram na greve de 22 dias trouxeram conquistas históricas que contemplam toda a categoria: efetivos e contratos temporários, quem está na ativa e quem já aposentou ou é pensionista. Avançamos em pontos-chave do nosso Plano de Carreira e fomos além, com a garantia de itens que estão na nossa pauta de reivindicação desde 2012.

Entre os pontos negociados estão a incorporação da Gaped/Gase para o conjunto da categoria; a nomeação de todos(as) os(as) aprovados(as) no último concurso público (incluindo o cadastro reserva) e a preparação de novo certame ainda neste ano; ampliação de carga horária para quem já formalizou pedido; garantia de atestado de acompanhamento para quem é contrato temporário e muito mais. Tudo isso com a garantia de que nenhum(a) grevista teria corte de ponto.

Esta edição do *Quadro Negro* faz uma análise minuciosa de todas as conquistas garantidas com a greve da categoria e projeta o impacto disso na vida de cada professor(a) e orientador(a) educacional. Mais do que isso, nesta edição, podemos ter a certeza de que nossa greve é histórica não só pelas conquistas que tivemos, que têm como consequência direta a valorização da carreira magistério público, mas também porque enfrentamos com firmeza práticas avessas à valorização de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

**Parabéns,
educadores e educadoras!**

**Demos mais uma aula de
cidadania e de luta!**

VE RE DA C

Abril
2022

Sinpro nas Cidades: visitas às escolas públicas do DF para debater a pauta de reivindicação da categoria e os rumos da luta.

Sinpro nas Cidades: intensificação da mobilização nas escolas públicas do DF para avançar no debate sobre a pauta de reivindicação da categoria.



Terceira assembleia geral com paralisação. O encontro foi transformado em ato, em frente ao Palácio do Buriti. Objetivo foi cobrar resposta do GDF à pauta de reivindicação da categoria.

Maio
2022

Diante da mobilização da categoria, GDF anuncia reajuste do auxílio-alimentação de R\$ 394,50 para R\$ 640.



Quarta assembleia geral com paralisação.

Reuniões com gestores e com delegados sindicais.

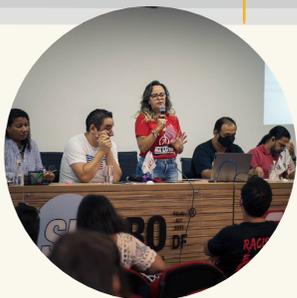
Faixaço e bandeiraço com carro de som nas cidades.

Junho
2022

Sinpro protocola denúncia no MPDFT contra excesso de contratação de professores com contrato temporário; por convocação de aprovados no último concurso público e realização de novo certame; contra salas de aulas superlotadas e outros ataques à educação pública.

Quinta assembleia geral com paralisação.

2022
Dezembro



Sinpro realiza plenária para discutir com categoria a reestruturação da carreira.

Emendas do Sinpro são acatadas e CLDF aprova LDO 2023 com previsão de nomeação de professores aprovados no último concurso e reestruturação da carreira do magistério público.

Lançamento da Campanha "Não é verdade que está tudo bem. É sobre isso", sobre as dificuldades do DF no governo Ibaneis Rocha.

Maio
2023

Como forma de mobilizar a categoria para a greve, Sinpro dá continuidade a visitas às escolas.



Sinpro realiza mutirões na CLDF para pedir apoio à pauta do magistério público.

Categoria aprova greve a partir do dia 4 de maio e realiza marcha até o Palácio do Buriti.

Dia D de Mobilização para a Greve, com distribuição de materiais que apresentam à comunidade os motivos do movimento paredista.

Assembleia marca início da greve no dia 4. Categoria realiza 22 dias de paralisação, com atos na Rodoviária do Plano Piloto, piquetes, panfletagens, atuação nas feiras públicas e ruas do DF, faixaços, doação de sangue e mobilizações na CLDF.



25 de maio: por ampla maioria, categoria aprova propostas do GDF negociadas com Comando Geral de Greve, suspende movimento paredista, mas decide manter mobilização e transformar o Comando em comissão de acompanhamento das propostas negociadas.



Acesse o QR Code e confira todas as conquistas garantidas nos últimos 23 anos. Elas só foram possíveis porque a categoria do magistério público foi à luta com mobilização e unidade.

Incorporação da Gaped/Gase ao vencimento é estratégica para valorizar magistério público

A aplicação de políticas avessas à democracia nos últimos oito anos gerou o aprofundamento da desvalorização da carreira magistério público. No DF, uma das principais estratégias foi o congelamento salarial. Nesse cenário, a incorporação da Gratificação de Atividade Pedagógica (Gaped), para professores(as), e da Gratificação de Atividade de Suporte Educacional (Gase), para orientadores(as) educacionais, se mostra como estratégia irrenunciável para o fortalecimento do vencimento do magistério público e, conseqüentemente, para a valorização da carreira. E essa foi uma das conquistas da greve da Educação deste ano.

A Gaped/Gase representa 30% da remuneração de professores(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública de ensino do DF. Entretanto, por se tratar de gratificação, quando não incorporada ao vencimento, tem caráter vulnerável, e pode ser modificada ou até mesmo extinta em um contexto de corte de gastos. Mas quando incorporada ao vencimento, a gratificação deixa de ser um “penduricalho”.

Além da garantia da continuidade do pagamento de quase 1/3 da remuneração, a incorporação da Gaped/Gase tem repercussão nas gratificações não incorporadas (GAA, GAEE, GAZR, GADEED e GADERL); no anuênio; no 13º salário; no 1/3 de férias; nos cálculos da pecúnia da licença-prêmio; nas tabelas de formação, tanto na progressão horizontal como na vertical; na aposentadoria. Isso porque o cálculo de todos esses direitos e benefícios tem como base o vencimento básico, que com a incorporação da Gaped/Gase foi melhorado.

Distorções que foram geradas ao longo dos anos na carreira do magistério público, sobre-

tudo com aposentados(as), também serão corrigidas com a incorporação da Gaped/Gase. “Pessoas que tenham, por exemplo, se aposentado proporcionalmente porque estão em áreas que não percebem essa gratificação, passarão a percebê-la”, explica a diretora do Sinpro-DF Luciana Custódio.

Quem também passará a se beneficiar com a incorporação da Gaped ao vencimento são os(as) professores(as) em regime de contratação temporária. Um dos fatores para o cálculo de hora-aula é o vencimento básico de efetivos (padrão 1 da tabela PQ3). Ou seja: se o parâmetro para o cálculo da hora-aula (vencimento básico) é maior, a hora-aula a ser recebida também terá valor aumentado.

Luciana Custódio lembra que a incorporação da Gaped/Gase é ganho histórico da categoria magistério público do DF, principalmente se considerada a conjuntura. “A incorporação da Gaped/Gase tem que ser vista no contexto em que a gente vive: uma conjuntura completamente adversa, tocada por um governo que disse que não daria nada além dos 18% (de reajuste) parcelado em três anos. É inegável a repercussão positiva da incorporação da Gaped/Gase em nossa remuneração”, diz.

Como se dará a incorporação da Gaped/Gase

Com a pressão de 22 dias de greve da Educação, o Governo do Distrito Federal negociou com a categoria do magistério público a incorporação da Gaped/Gase em 6 parcelas de 5% (o percentual representa 1/6 do total da Gaped/Gase). O pagamento começará a ser feito a partir de outubro deste ano e, posteriormente, em janeiro e julho de cada ano, finalizando em janeiro de 2026.



Em alguns momentos, a incorporação da Gaped/Gase será realizada junto com o pagamento do reajuste salarial de 18%, dividido em três parcelas anuais de 6%, aplicadas sempre em julho. Dessa forma, as tabelas salariais serão apresentadas da seguinte maneira:

JULHO/2023 – Aplicação de 6% sobre o vencimento básico.

OUTUBRO/2023 – Incorporação da Gaped/Gase ao vencimento básico.

JANEIRO/2024 – Incorporação da Gaped/Gase ao vencimento básico.

JULHO/2024 – Aplicação de 6% sobre o vencimento básico mais a incorporação da Gaped/Gase.

JANEIRO/2025 – Incorporação da Gaped/Gase ao vencimento básico.

JULHO/2025 – Aplicação de 6% sobre o vencimento básico mais a incorporação da Gaped/Gase.

1990 - Assembleia discute de valorizar o magistério p



1994 - Negociação para brevar suspensão do pagamento do Pô de Giz (GARC) para professores(as) aposentados(as)



Luta pela incorporação da Gaped ao vencimento compôs pauta das reuniões com o GDF em todos os momentos



Diferentes formas de luta do magistério público do DF

JANEIRO/2026 – Incorporação da Gaped/Gase ao vencimento básico.

Com a aplicação dos percentuais da Gaped/Gase, o reajuste salarial de 18% parcelados em três vezes terá variação média de 25%. Em alguns casos, como o de quem não recebe a Gaped atualmente, o percentual de reajuste poderá chegar a 50%.

>> QR Code 1: **VÍDEO | Impactos das negociações com GDF para aposentados(as) (com exercícios de incorporação da Gaped/Gase).**

>> QR Code 2: **VÍDEO | O ponto a ponto das negociações que resultaram da greve da Educação (com exercícios de incorporação da Gaped/Gase).**



QR CODE 1



QR CODE 2

Histórico

De forma geral, a criação de gratificações é resposta de curto prazo e paliativa para reduzir prejuízos impostos a uma categoria de trabalhadores(as).

Os anos 90 trouxeram crise econômica, ataque a direitos recém-conquistados, congelamento de salários e desemprego, resultado da adoção de políticas neoliberais. Nesse contexto, eram poucas ou quase nenhuma as possibilidades de avançar. Foi nessa conjuntura que nasceu, em 1991, a primeira gratificação da carreira do magistério público: a Gratificação de Retificação de Regência de Classe (GRC), que em 2007 se tornou Gratificação de Atividade em Regência de Classe (Garc) e, em 2013, tornou-se Gaped.

Embora a essência fosse a mesma, a gratificação que hoje se chama Gaped passou por mudanças estruturais e de nome para ampliar o número de profissionais da categoria com direito ao valor que, ao longo dos anos, também aumentou de 20% para 30% do vencimento básico.

Mais de 30 anos depois, resultado de uma greve de 22 dias, a categoria do magistério público garantiu a incorporação da Gaped: uma luta histórica, vitoriosa e que representa a força do movimento organizado dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais do DF.

Veja a seguir as tabelas PQ/OQ 3, PQ/OQ 4, PQ/OQ 5 e PQ/OQ 6 (40 horas) com a incorporação completa da Gaped/Gase (finalizada em janeiro de 2026). O conjunto de todas as tabelas, com os percentuais individualizados de incorporação das gratificações ao vencimento e as parcelas anuais de 6% de reajuste salarial, pode ser conferido no site do Sinpro ou no QR Code.



PQ/OQ 3 - Graduação, 40 Horas - Janeiro/2026

Padrão	VB	ANUÊNIO	Total Atual (Jan/2026)	Total Anterior (Jul/2025)	Diferença de Valor	Acumulado desde Abril de 2022 (R\$)
25	10.141,72	2.434,01	12.575,73	12.459,83	115,91	2.790,32
24	9.969,82	2.293,06	12.262,88	12.153,69	109,19	2.705,80
23	9.800,94	2.156,21	11.957,15	11.854,47	102,68	2.623,36
22	9.635,01	2.023,35	11.658,36	11.562,01	96,35	2.542,96
21	9.471,99	1.894,40	11.366,39	11.276,18	90,21	2.464,56
20	9.311,81	1.769,24	11.081,05	10.996,80	84,25	2.388,11
19	9.154,43	1.647,80	10.802,23	10.723,77	78,47	2.313,56
18	8.999,82	1.529,97	10.529,79	10.456,94	72,86	2.240,87
17	8.847,91	1.415,67	10.263,57	10.196,16	67,41	2.170,00
16	8.698,66	1.304,80	10.003,46	9.941,32	62,13	2.100,91
15	8.552,03	1.197,28	9.749,31	9.692,30	57,01	2.033,56
14	8.407,95	1.093,03	9.500,98	9.448,93	52,05	1.967,90
13	8.266,39	991,97	9.258,36	9.211,12	47,24	1.903,90
12	8.127,31	894,00	9.021,32	8.978,74	42,57	1.841,51
11	7.990,67	799,07	8.789,74	8.751,69	38,05	1.780,71
10	7.856,43	707,08	8.563,50	8.529,83	33,67	1.721,45
9	7.724,53	617,96	8.342,49	8.313,06	29,43	1.663,70
8	7.594,92	531,64	8.126,57	8.101,25	25,32	1.607,42
7	7.467,61	448,06	7.915,66	7.894,33	21,34	1.552,59
6	7.342,51	367,13	7.709,63	7.692,15	17,48	1.499,16
5	7.219,61	288,78	7.508,39	7.494,64	13,75	1.447,10
4	7.098,85	212,97	7.311,81	7.301,67	10,14	1.396,39
3	6.980,20	139,60	7.119,80	7.113,15	6,65	1.346,98
2	6.863,63	68,64	6.932,27	6.929,00	3,27	1.298,85
1	6.749,10	0,00	6.749,10	6.749,10	0,00	1.251,97

TOTAL REMUNERAÇÃO

Acrescente, ainda, outros benefícios: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Complementação Salarial Temporária (GAA, GAEE, GAZR, GADEED, VPNI, Incentivos Funcionais).

PQ/OQ 4 - Especialização, 40 Horas - Janeiro/2026						
Padrão	VB	ANUÊNIO	Total Atual (Jan/2026)	Total Anterior (Jul/2025)	Diferença de Valor	Acumulado desde Abril de 2022 (R\$)
25	10.632,85	2.551,88	13.184,73	13.063,21	121,52	2.925,45
24	10.452,36	2.404,04	12.856,41	12.741,93	114,48	2.836,76
23	10.275,02	2.260,50	12.535,53	12.427,88	107,64	2.750,25
22	10.100,79	2.121,17	12.221,96	12.120,95	101,01	2.665,90
21	9.929,62	1.985,92	11.915,54	11.820,97	94,57	2.583,63
20	9.761,44	1.854,67	11.616,11	11.527,79	88,32	2.503,42
19	9.596,20	1.727,32	11.323,51	11.241,26	82,25	2.425,20
18	9.433,86	1.603,76	11.037,61	10.961,25	76,37	2.348,94
17	9.274,35	1.483,90	10.758,24	10.687,58	70,66	2.274,59
16	9.117,63	1.367,64	10.485,27	10.420,15	65,13	2.202,10
15	8.963,65	1.254,91	10.218,57	10.158,81	59,76	2.131,44
14	8.812,38	1.145,61	9.957,99	9.903,44	54,55	2.062,56
13	8.663,75	1.039,65	9.703,40	9.653,90	49,51	1.995,42
12	8.517,73	936,95	9.454,68	9.410,06	44,62	1.929,97
11	8.374,26	837,43	9.211,68	9.171,80	39,88	1.866,19
10	8.233,29	741,00	8.974,29	8.939,00	35,29	1.804,03
9	8.094,78	647,58	8.742,37	8.711,53	30,84	1.743,45
8	7.958,72	557,11	8.515,83	8.489,30	26,53	1.684,42
7	7.825,03	469,50	8.294,53	8.272,18	22,36	1.626,90
6	7.693,67	384,68	8.078,36	8.060,04	18,32	1.570,86
5	7.564,62	302,58	7.867,20	7.852,79	14,41	1.516,26
4	7.437,82	223,13	7.660,96	7.650,33	10,63	1.463,06
3	7.313,25	146,26	7.459,51	7.452,55	6,96	1.411,25
2	7.190,86	71,91	7.262,77	7.259,35	3,42	1.360,78
1	7.070,60	0,00	7.070,60	7.070,60	0,00	1.311,61

TOTAL REMUNERAÇÃO

Acrescente, ainda, outros benefícios: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Complementação Salarial Temporária (GAA, GAEE, GAZR, GADEED, VPNI's, Incentivos Funcionais).

PQ/OQ5 - Mestrado, 40 Horas - Janeiro/2026						
Padrão	VB	ANUÊNIO	Total Atual (Jan/2026)	Total Anterior (Jul/2025)	Diferença de Valor	Acumulado desde Abril de 2022 (R\$)
25	11.123,97	2.669,75	13.793,73	13.666,60	127,13	3.060,58
24	10.934,89	2.515,02	13.449,91	13.330,15	119,76	2.967,71
23	10.749,12	2.364,81	13.113,93	13.001,32	112,61	2.877,15
22	10.566,59	2.218,98	12.785,58	12.679,91	105,67	2.788,83
21	10.387,26	2.077,45	12.464,71	12.365,78	98,93	2.702,71
20	10.211,07	1.940,10	12.151,17	12.058,78	92,39	2.618,73
19	10.037,96	1.806,83	11.844,79	11.758,75	86,04	2.536,85
18	9.867,88	1.677,54	11.545,42	11.465,54	79,88	2.457,01
17	9.700,79	1.552,13	11.252,91	11.179,00	73,91	2.379,18
16	9.536,61	1.430,49	10.967,11	10.898,99	68,12	2.303,30
15	9.375,30	1.312,54	10.687,84	10.625,34	62,50	2.229,32
14	9.216,82	1.198,19	10.415,01	10.357,96	57,06	2.157,22
13	9.061,11	1.087,33	10.148,44	10.096,67	51,78	2.086,93
12	8.908,13	979,89	9.888,02	9.841,36	46,66	2.018,43
11	8.757,83	875,78	9.633,61	9.591,90	41,70	1.951,67
10	8.610,14	774,91	9.385,05	9.348,15	36,90	1.886,60
9	8.465,06	677,20	9.142,26	9.110,01	32,25	1.823,20
8	8.322,51	582,58	8.905,09	8.877,35	27,74	1.761,41
7	8.182,44	490,95	8.673,39	8.650,01	23,38	1.701,21
6	8.044,84	402,24	8.447,08	8.427,93	19,15	1.642,56
5	7.909,64	316,39	8.226,02	8.210,96	15,07	1.585,41
4	7.776,81	233,30	8.010,12	7.999,01	11,11	1.529,75
3	7.646,30	152,93	7.799,23	7.791,95	7,28	1.475,52
2	7.518,07	75,18	7.593,25	7.589,67	3,58	1.422,70
1	7.392,10	0,00	7.392,10	7.392,10	0,00	1.371,25
TOTAL REMUNERAÇÃO						
Acrescente, ainda, outros benefícios: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Complementação Salarial Temporária (GAA, GAEE, GAZR, GADEED, VPNI, Incentivos Funcionais).						

PQ/OQ 6 - Doutorado, 40 Horas - Janeiro/2026						
Padrão	VB	ANUÊNIO	Total Atual (Jan/2026)	Total Anterior (Jul/2025)	Diferença de Valor	Acumulado desde Abril de 2022 (R\$)
25	11.615,10	2.787,62	14.402,73	14.269,98	132,74	3.195,70
24	11.417,41	2.626,01	14.043,42	13.918,37	125,05	3.098,67
23	11.223,20	2.469,10	13.692,31	13.574,73	117,58	3.004,05
22	11.032,38	2.316,80	13.349,18	13.238,85	110,32	2.911,77
21	10.844,90	2.168,98	13.013,88	12.910,60	103,28	2.821,79
20	10.660,70	2.025,53	12.686,23	12.589,78	96,45	2.734,04
19	10.479,72	1.886,35	12.366,07	12.276,24	89,83	2.648,49
18	10.301,92	1.751,33	12.053,24	11.969,85	83,40	2.565,08
17	10.127,23	1.620,36	11.747,58	11.670,42	77,16	2.483,77
16	9.955,58	1.493,34	11.448,92	11.377,81	71,11	2.404,49
15	9.786,94	1.370,17	11.157,11	11.091,87	65,25	2.327,21
14	9.621,25	1.250,76	10.872,02	10.812,46	59,56	2.251,88
13	9.458,47	1.135,02	10.593,49	10.539,44	54,05	2.178,45
12	9.298,53	1.022,84	10.321,37	10.272,66	48,71	2.106,89
11	9.141,39	914,14	10.055,53	10.012,00	43,53	2.037,15
10	8.987,01	808,83	9.795,84	9.757,32	38,52	1.969,18
9	8.835,31	706,83	9.542,14	9.508,48	33,66	1.902,94
8	8.686,29	608,04	9.294,33	9.265,37	28,95	1.838,41
7	8.539,87	512,39	9.052,26	9.027,86	24,40	1.775,52
6	8.396,01	419,80	8.815,81	8.795,82	19,99	1.714,26
5	8.254,66	330,19	8.584,85	8.569,13	15,72	1.654,57
4	8.115,79	243,47	8.359,26	8.347,67	11,59	1.596,42
3	7.979,36	159,59	8.138,94	8.131,34	7,60	1.539,79
2	7.845,30	78,45	7.923,75	7.920,02	3,74	1.484,62
1	7.713,59	0,00	7.713,59	7.713,59	0,00	1.430,89
TOTAL REMUNERAÇÃO						
Acrescente, ainda, outros benefícios: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Complementação Salarial Temporária (GAA, GAEE, GAZR, GADEED, VPNI's, Incentivos Funcionais).						



Professores CTs terão direito a atestado de acompanhamento

Professores(as) em regime de contratação temporária serão liberados das atividades laborais para acompanhar cônjuge e dependentes adoentados. O direito, até então negado aos(as) profissionais, foi garantido com a greve da Educação.

Após 22 dias de greve, o Governo do Distrito Federal registrou em documento o compromisso de alterar o “§1º do artigo 4 do Decreto 34.023, de 10 de dezembro de 2012, para possibilitar o afastamento do professor em contratação temporária para acompanhamento de cônjuge ou dependente em consulta com profissional da saúde/ou exames”.

RELEMBRE

Professores(as) CTs já têm direito a alguns tipos de atestado médico. Entretanto, na hora de apresentar esses documentos, é necessário cumprir algumas regras. Veja abaixo:

>> Atestado de comparecimento

Até 12 atestados ao ano, sem necessidade de homologação. A entrega deve ser feita diretamente na chefia imediata.

>> Atestados de até três dias por bimestre civil

Entrega deve ser feita diretamente na chefia imediata, sem a necessidade de homologação.

>> Atestados superiores a três dias por bimestre civil

Faça agendamento no site da Siapmed para perícia presencial.

**As regras de apresentação do atestado médico de acompanhamento serão definidas no PL que altera o decreto sobre procedimentos médico-periciais e de saúde ocupacional da Secretaria de Administração Pública.*

Formação acadêmica poderá impactar remuneração de professores CTs

Professores(as) em regime de contratação temporária com especialização, mestrado e doutorado poderão ter a formação acadêmica reconhecida no contracheque. A conquista foi garantida com a greve da Educação realizada neste ano.

Atualmente, a remuneração dos(as) professores(as) CTs tem como parâmetro o padrão 1 da tabela PQ3, onde se enquadram professores(as) efetivos com graduação. Com isso, diferente dos(as) efetivos(a), professores(as) CTs recebem remuneração idêntica independente de terem especialização, mestrado ou doutorado.

Com a pressão da categoria Magistério Público durante a greve de 22 dias, o Governo do Distrito Federal se comprometeu a realizar “abertura de negociação para estudo da viabilidade de remuneração do professor em contrato temporário conforme vencimento básico inicial da tabela correspondente à sua formação acadêmica”.



Direito de transformar licença-prêmio em pecúnia passa a valer

A possibilidade de transformar a licença-prêmio em pecúnia foi uma das conquistas da greve da Educação realizada neste ano. Como parte das negociações com a Comissão de Negociação do Sinpro, o Governo do Distrito Federal se comprometeu a realizar estudo de viabilidade orçamentária para garantir que professores(as) e orientadores(as) educacionais que já tenham licença-prêmio publicadas possam exercer o cargo no período de afastamento.

“As regras para usufruir desta conquista, como o tempo de conversão e a data de pagamento, por exemplo, estão em fase de discussão”, informa o diretor do Sinpro-DF Samuel Fernandes.

As licenças-prêmio não usufruídas também poderão ser convertidas em pecúnia, caso o(a) servidor(a) prefira. A garantia está em lei sancionada em 2011 (LC 840/2011), que também define que o pagamento será feito apenas no momento da aposentadoria.

TCDF x licença-prêmio

Em meados dos anos 2000, pressionado pelo Sinpro-DF, o GDF permitiu a conversão da licença prêmio em pecúnia. Cerca de três anos depois, o Tribunal de Contas do DF (TCDF) proibiu a “venda” da licença-prêmio.

A medida foi tomada pelo Tribunal porque, à época, o(a) professor(a) ou orientador(a) educacional que realizasse a autossustituição recebia o equivalente ao seu padrão e tabela salarial. Isso gerava gasto maior ao GDF do que a contratação de professores em regime temporário.

Licença-servidor

Em 2019, o governo Ibaneis Rocha atuou para acabar com a licença-prêmio. Com a pressão do Sinpro-DF, o governador transformou a licença-prêmio em licença-servidor. Com isso, a cada cinco anos, o(a) servidor(a) tem direito a três meses de licença remunerada, que deve ser usufruída, obrigatoriamente, antes de se aposentar.

Com a mudança, também foi extinta a discricionariedade do GDF para conceder a licença. A partir do pedido do(a) servidor(a), o GDF tem até 120 dias para conceder a licença.

Acesse o QR Code e veja a história da licença-prêmio e a luta dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais do DF.



Licença-prêmio após licença-maternidade

Até 2004, as servidoras com licença-maternidade, após o término do período de afastamento, não tinham direito a usufruir da licença-prêmio. O Sinpro ocupou o Palácio do Buriti para garantir esse direito e, por meio de emenda apresentada pela bancada do PT na CLDF, a lei 3.494/04 garantiu a fruição da licença-prêmio após a licença maternidade.

Governador à época, Joaquim Roriz vetou a emenda. A decisão foi derrubada pela Câmara Legislativa. Em 2005, Roriz entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no TJDF, e as servidoras com licença-maternidade deixaram de ter direito à licença-prêmio.

Anos depois, no governo Agnelo, a fruição da licença-prêmio após a licença-maternidade foi garantida na lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal (Lei nº 840/2011).



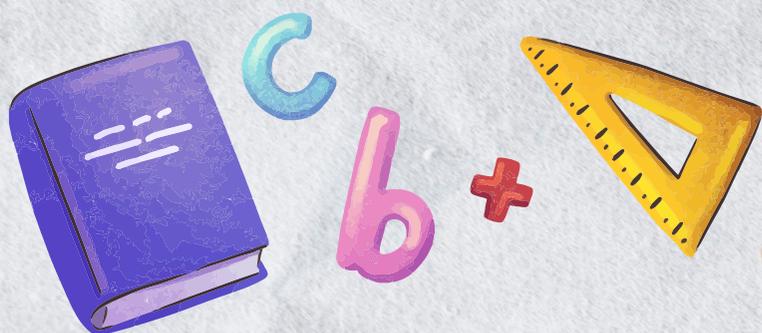
Semana Pedagógica remunerada é garantida a professores CTs

Professores(as) em regime de contratação temporária terão direito a participação remunerada na Semana Pedagógica. A conquista foi garantida com a greve da Educação deste ano, que durou 22 dias.

Em negociação com a Comissão do Sinpro-DF, o Governo do Distrito Federal se comprometeu a incluir “dois dias de participação do(a) professor(a) em contratação temporária nas atividades realizadas na Semana Pedagógica, após parecer jurídico favorável, inclusive dos órgãos de controle”. Com isso, será alterado o decreto que regulamenta a contratação temporária de professor substituto (Decreto 37.983/2017).

“É de fundamental importância a participação de todos os professores e todas as professoras na Semana Pedagógica. Afinal, a organização e o planejamento do ano letivo começam aí. Têm escolas com quase todos ou todos os educadores em regência que são contratos temporários. Como iniciar o ano letivo com os alunos sem planejamento?”, questiona a diretora do Sinpro Ana Bonina.

O direito dos(as) professores(as) em regime de contratação temporária participarem de forma remunerada da Semana Pedagógica é pauta histórica do Sinpro-DF. Isso porque a retomada das ações pedagógicas nas unidades escolares deve ser de decisão e construção conjuntas em uma educação pública pautada na diversidade, na justiça social e no respeito aos direitos humanos.



Concurso 2022: aprovados em vagas imediatas e cadastro reserva serão nomeados

Com a greve da Educação, o Governo do Distrito Federal afirmou que nomeará todos(as) os(as) aprovados(as) no concurso para o magistério público realizado em 2022, tanto os(as) que foram classificados em vagas imediatas como aqueles(as) que ficaram no cadastro reserva.

A nomeação, segundo documentado pelo GDF, será realizada após a homologação do certame, prevista para o final de julho deste ano.

Resultado da greve de 22 dias, o GDF ainda negociou com a Comissão do Sinpro-DF a preparação, ainda neste ano, de outro concurso público para preenchimento de cargos de professores e orientadores educacionais.

A realização de concurso para a rede pública de ensino é pauta histórica do Sinpro-DF. A qualidade do ensino está diretamente ligada a um quadro de efetivos condizente com a demanda. Entretanto, em janeiro deste ano, das 36 mil vagas para professor de educação básica, 13.743 (38,75%) estavam preenchidas por contratos temporários. A estimativa é de que, em julho, o número de substitutos chegue a 15 mil vagas (41,6%).

O cenário é uma escolha político-ideológica do GDF, que mira no enfraquecimento e no desmonte da educação pública.

Isso porque o vínculo trabalhista estabelecido com professores(as) substitutos(as) é fragilizado e impõe condições de trabalho precarizadas.

Carência de profissionais

Informações do Portal da Transparência do DF mostram que o número de cargos vagos de professor de Educação Básica saltou de 8.314 em janeiro de 2017 para 13.696 em janeiro de 2023: aumento de 64,73%. São professores(as) que aposentaram ou faleceram, mas as vagas não foram preenchidas.

Também segundo o Portal da Transparência, 27.686 das 36 mil vagas para professor de Educação Básica estavam ocupadas em 2017 (76,9%). Em 2023, esse número era de 22.304, ou 61,9% do total de vagas. Uma diferença de 5.382 cargos vagos em seis anos.

Pedagogos-orientadores educacionais também com cargos vagos

O Portal da Transparência do DF mostra que, de 2020 para cá, o número de cargos vagos de pedagogo-orientador educacional também está crescendo, e já chega a 12,2% dos postos de trabalho. A quantidade de profissionais desse cargo também se manteve inalterada: 1,2 mil vagas. A demanda por esses profissionais, no entanto, é bem maior.



Professores CTs poderão aproveitar tempo de serviço ao serem efetivados

Entre as propostas do Governo do Distrito Federal negociadas com a Comissão do Sinpro durante a greve da Educação está a possibilidade dos(as) professores(as) em regime de contratação temporária aproveitarem o tempo de regência ao serem aprovados em concurso público para professor(a) de Educação Básica ou orientador(a) educacional da rede pública de ensino do DF.

Com a greve de 22 dias da categoria, o GDF se comprometeu a verificar se há condições legais e orçamentárias para permitir aos profissionais de contrato temporário usar o tempo trabalhado para cálculo de progressão na carreira.

O tempo de serviço prestado na carreira magistério público em outros estados/municípios pode ser aproveitado por professores(as) efetivos(as) e orientadores(as) que ingressarem na Secretaria de Educação do DF. A regra atual não é a mesma para professores(as) CTs, que podem passar anos em regência, mas não terem esse tempo contabilizado para progressão de padrão ao se tornarem servidores(as) efetivos(as). Para este grupo, o tempo de trabalho só vale para cálculo da aposentadoria.

Para as progressões de padrões, um(a) professor(a) com cinco anos de contrato temporário, por exemplo, poderá ter aumento salarial de R\$ 1 mil, em média, ao se tornar efetivo(a), isso somente pelo aproveitamento do tempo de trabalho como contrato temporário – daí também a inclusão do estudo de viabilidade orçamentária. O aumento salarial, nas devidas proporções, também será realizado para orientadores(as) educacionais efetivados que foram professores(as) em regime de contratação temporária.



Professor(a) com cinco anos de contrato temporário, por exemplo, poderá ter aumento salarial de R\$ 1 mil, em média, ao se tornar efetivo(a)



Auxílio-saúde será incorporado ao vencimento de aposentados sem paridade

Professores(as) que aposentaram sem paridade de remuneração terão o auxílio-saúde incorporado ao vencimento. A vantagem também será concedida a pensionistas. Essa é mais uma das conquistas garantidas com a greve da Educação.

Na negociação com a Comissão do Sinpro, o Governo do Distrito Federal afirmou que apresentará Projeto de Lei para alterar a lei que incorpora o auxílio-saúde ao vencimento básico dos servidores da carreira Magistério Público do DF (Lei 7.109/2022). Com isso, mais de 900 servidores(as) que ficaram sem receber os R\$ 200 referentes à incorporação do auxílio-saúde serão beneficiados(as).

Mais de 900 servidores(as) que ficaram sem receber os R\$ 200 referentes ao auxílio-saúde serão beneficiados(as)

Histórico

O GDF Saúde, plano de saúde hoje oferecido aos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais, foi pauta histórica do Sinpro-DF. Na greve de 2012, como forma de responder à demanda enquanto o plano não era implementado, foi concedido à categoria auxílio-saúde no valor de R\$ 200.

O GDF Saúde começou a ser implementado em 2019. Com isso, de acordo com a lei, os R\$ 200 deveriam deixar de ser pagos.

Em março de 2022, após mobilização do Sinpro, o GDF aceitou incorporar esse valor ao vencimento básico da categoria. Mas o benefício só atingiu os profissionais da ativa e os(as) aposentados(as) com paridade de remuneração.

Como resultado da greve de 2023, a lei será alterada para que aposentados e aposentadas sem paridade, além de pensionistas, também tenham os R\$ 200 incorporados ao vencimento.



PQ1/PQ2/PQ3: tabelas salariais são aproximadas e vencimento básico terá aumento

Uma das conquistas históricas garantidas com a greve da Educação de 2023 foi a aproximação das tabelas salariais PQ1 e PQ2 à tabela PQ3. Com isso, professores(as) que não chegaram a concluir o ensino superior ou que têm licenciatura curta terão vencimento básico mais próximo do que hoje é o piso salarial da categoria magistério público do DF.

Segundo documentado pelo Governo do Distrito Federal, a aproximação das tabelas será feita via Projeto de Lei (PL) que alterará a lei que reestrutura a carreira magistério público (Lei 5.105/2013).

“As tabelas PQ1 e PQ2 contêm outro problema: estão abaixo da Lei do Piso Nacional do Magistério e, mesmo com o aumento de 18% e a incorporação da Gaped (Gratificação de Atividade Pedagógica), elas ainda permaneceriam abaixo do Piso Nacional da Educação: logo, na ilegalidade”, destaca o diretor do Sinpro-DF Cleber Soares. Por isso, segundo ele, também foram indicados aportes sobre o vencimento básico dessas duas tabelas.

Desde 2008, é exigido nível superior completo para ingressar na carreira magistério público do DF. Professores(as) que ainda estão vinculados(as) à Secretaria de Educação do DF e não concluíram a graduação são minoria e, majoritariamente, aposentados(as).

Correções

Atualmente, a tabela PQ1 (40 horas) tem distância de 25% dos valores da tabela PQ3. Além do reajuste de 18% e da incorporação da Gaped, foi indicado aporte de, pelo menos, R\$ 550 sobre o vencimento básico da tabela.

Já a distância entre as tabelas PQ2 e PQ3 é de 10,6%. Também neste caso, haverá o reajuste de 18% e a incorporação da Gaped. O aporte indicado, entretanto, será de R\$ 350 sobre o vencimento básico.

Com a aproximação das tabelas salariais PQ1 para PQ3 (marco zero da carreira), a distância passará a ser de 7,6%, mas ainda não atingirá o Piso Nacional do Magistério. Dessa forma, o aporte deverá ter valor superior ao indicado. Já a distância entre o PQ2 e o PQ3 ficará em 1,3%.

PV1/PV2

O dirigente do Sinpro Cleber Soares lembra que os(as) professores(as) PV1/PV2 (20 horas) também devem ter acréscimo salarial. “Dessa forma, o incremento a ser concedido aos professores que fazem 40 horas também deve ser dado, na proporção devida, aos professores com carga horária de 20 horas. Esta questão está na mesa de negociação com o governo”, informa.

Ampliação de carga horária para 40 horas é garantida

Professores(as) e orientadores(as) educacionais com jornada de trabalho de 20 horas que formalizaram requerimento para ampliação da carga horária para 40 horas serão atendidos(as). A conquista foi garantida com a greve da Educação realizada este ano.

Com a negociação, feita entre a Comissão do Sinpro e o Governo do Distrito Federal, 216 professores(as)/orientadores(as) educacionais que esperam resposta do governo há pelo menos dois anos serão beneficiados(as).

Em mesa de negociação, a Secretaria de Educação do DF ratificou a ampliação da car-



ga horária de 20 horas para 40 horas. Entretanto, a pasta trabalha a possibilidade de realizar essa ampliação a partir do segundo semestre. A

alegação é de que o cálculo do impacto gerado com a mudança está sendo feito.

A Comissão de Negociação do Sinpro continua insistindo para que sejam contemplados imediatamente os processos já formalizados de ampliação da carga horária de 20 horas para 40 horas.

“A concessão da ampliação de carga horária para professores(as) e orientadores(as) educacionais com jornada de 20 horas semanais influencia diretamente na carreira, na vida financeira e na aposentadoria do(a) servidor(a)”, explica a diretora do Sinpro-DF Berenice Darc.

Tempo de coordenação é ampliado para quem faz 20 horas

A greve da Educação garantiu a ampliação do tempo de coordenação pedagógica de quem tem carga horária de 20 horas semanais. O tempo destinado à atividade foi de 33% para 35% do total de horas trabalhadas.

A mudança será feita através de Projeto de Lei (PL) para alterar a lei que reestrutura a carreira magistério público do Distrito Federal (Lei 5.105/2013).

A proposta original encaminhada pela Comissão de Negociação do Sinpro-DF no grupo de trabalho (GT), criado em 2022 entre Sindicato e representantes da Secretaria de Educação, apontava que o percentual de coordenação pedagógica deveria, independentemente da jornada, ser unificado em 37,5% do total de horas trabalhadas.

O compromisso do Sinpro é de continuar a luta para garantir a isonomia nos percentuais de coordenação pedagógica. Esse tempo é essencial e imprescindível para realização de qualificação, estudo e planejamento, que dão condições para a execução de uma educação pública de qualidade.

Intervalo é direito dos professores durante a regência

Finalmente o direito ao intervalo de 15 minutos durante o período de regência constará em lei. A previsão legal será feita em Projeto de Lei de iniciativa do Executivo local. A conquista foi garantida com a greve da Educação.

O intervalo é reivindicação principalmente dos(as) profissionais que atuam em Escolas Classe, unidades em que as crianças, devido à idade, precisam de supervisão apurada.

O descanso de 15 minutos é essencial para a saúde do(a) professor(a) e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino público.



Servidores das unidades administrativas e pedagógicas terão recesso ampliado

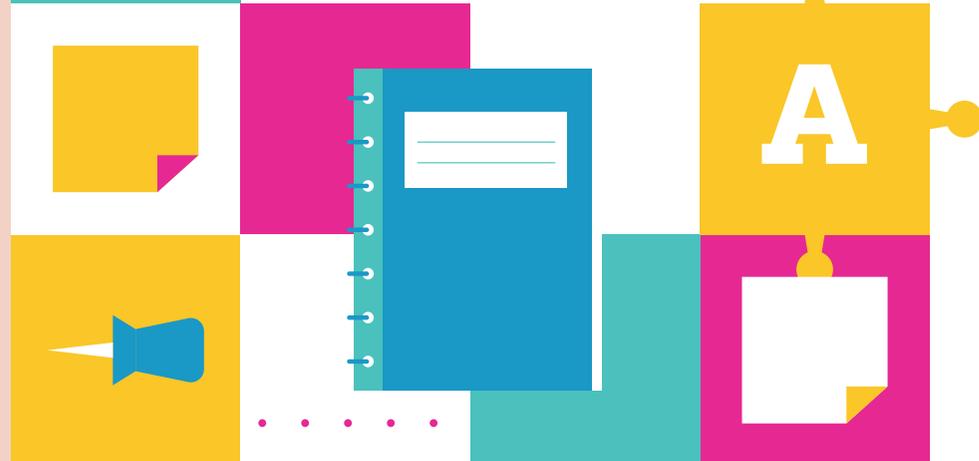
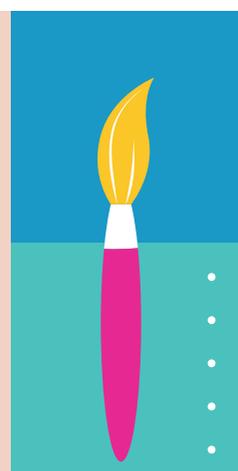
Servidores(as) em exercício nas unidades administrativas e pedagógicas do nível intermediário da Secretaria de Educação do DF (SEE-DF) terão recesso ampliado para 15 dias corridos. A conquista foi garantida com a greve da Educação.

Nas negociações com a Comissão do Sinpro-DF, o Governo do Distrito Federal se comprometeu a apresentar Projeto de Lei (PL) para inserir a alteração na lei que reestrutura a carreira magistério público do DF (Lei nº 5.105/2013).

Atualmente, servidores(as) da carreira magistério em exercício nas unidades administrativas e pedagógicas dos níveis intermediário e central da SEE-DF têm direito a recesso de sete dias corridos, entre o primeiro e segundo semestre letivo.

O diretor do Sinpro-DF Cláudio Antunes afirma que a ampliação do recesso traz isonomia. “Muitos que hoje estão em sala de aula já tiveram também seus momentos de passagem na Regional de Ensino, e tiveram dificuldades. Então, não é justo o professor ser penalizado pelas escolhas que são possíveis acontecer dentro da carreira magistério – de ser regente, de estar no atendimento em sala de recurso, de ser o gestor da escola, de ser o orientador ou coordenador da escola, e também de estar atuando em áreas administrativas dentro do seu órgão, ou seja, na Regional de Ensino ou na SEE-DF”, enfatiza.

O dirigente sindical ainda destaca que a ampliação do recesso foi fruto da “luta de todos”. “Inclusive, tivemos muitos professores das Regionais de Ensino e da SEE-DF em greve, que estarão repondo seu trabalho, assim como quem está em sala de aula. Quem está lá também faz a luta”, diz Cláudio Antunes.





Sinpro mantém mesa de negociação com GDF para garantir novas conquistas

A greve da Educação foi suspensa no dia 25 de maio, por decisão da categoria do magistério público do DF. A luta para avançar em novas conquistas para a carreira, entretanto, continua. Como estratégia, está a manutenção da mesa de negociação entre a Comissão do Sinpro e integrantes da Secretaria de Educação do DF (SEE-DF). A continuidade do diálogo também foi condição para a suspensão do movimento paredista que durou 22 dias.

As reuniões entre a Comissão de Negociação do Sinpro e a SEE-DF tem ocorrido semanalmente. O grupo, que eventualmente conta com integrantes de outras pastas do GDF, vem construindo os projetos de lei (PLs) necessários para concretizar conquistas garantidas com a greve. É o caso da incorporação da Gaped/Gase ao vencimento e da incorporação do auxílio-saúde ao vencimento de quem aposentou sem paridade, por exemplo. Mas as discussões vão além, e colocam em pauta outros pontos da reestruturação da carreira, como a redução da quantidade de padrões, a valorização da progressão horizontal e a criação da tabela PQ7.

Redução de padrões

A Comissão de Negociação do Sinpro tem atuado para reduzir os padrões do plano de carreira do magistério público. Isso proporciona que professores(as) e orientadores(as) educacionais cheguem mais rápido ao topo da tabela, sem desvalorizar quem já está no padrão 25 (último da tabela).

A redução desses padrões atinge o cálculo da aposentadoria. Quem entrou no serviço público de 2004 a 2019 aposenta pela média salarial. Com isso, quando se atinge melhor remuneração mais cedo, gera-se melhor repercussão no cálculo dessa média.

A partir de 2020, o cálculo da aposentadoria é feito pela média salarial, limitado ao teto do INSS (reajustado anualmente). De qualquer forma, a média salarial continua sendo um fator a ser considerado.

Aumento dos percentuais de progressão

Também está na pauta da mesa de negociação entre a Comissão do Sinpro e a SEE-DF o aumento do percentual entre as tabelas da progressão horizontal da carreira magistério público.

A tabela mais atual apresenta progressão horizontal de especialização, mestrado e doutorado. O aumento do percentual entre as formações é uma forma de valorizar e incentivar o nível de instrução dos(as) profissionais do magistério.

Tabela PQ7

Um dos esforços da Comissão de Negociação do Sinpro é garantir que a reestruturação da carreira contemple a criação da tabela PQ7, onde se enquadrarão servidores(as) da carreira magistério público com pós-doutorado.

A atual tabela salarial do magistério público apresenta progressão horizontal de especialização, mestrado e doutorado. A inclusão da tabela PQ7 reforçará a importância da formação profissional, que reflete na qualidade da educação pública.